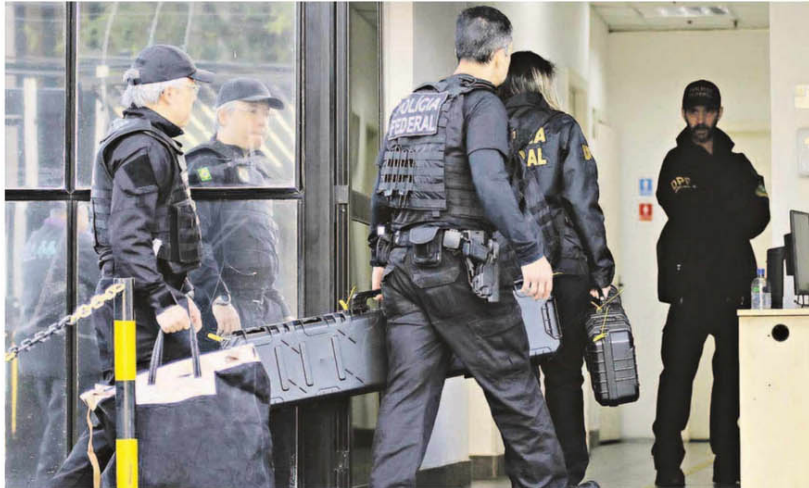


PF de Campinas desmonta esquema criminoso bilionário

PF de Campinas desarticula rede criminosa de R\$ 7,5 bi

Esquema ilegal era operado por meio de dois bancos digitais não autorizados pelo Banco Central



O material apreendido, incluindo malotes de dinheiro, foi encaminhado à sede da Polícia Federal em Campinas, enquanto os presos foram levados para a PF em São Paulo

Alenita Ramirez
alenita.ramirez@rac.com.br

A Polícia Federal (PF) de Campinas desmantelou na manhã de ontem uma associação criminosa que movimentou mais de R\$ 7,5 bilhões em um período de cinco anos, envolvendo crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro. Os criminosos operavam por meio de dois bancos digitais não autorizados pelo Banco Central. Durante a Operação Concierge, 17 pessoas foram presas e 46 veículos, sendo 30 de luxo, além de joias, relógios, centenas de máquinas de cartão de crédito, documentos e dispositivos eletrônicos foram apreendidos. Os agentes federais também solicitaram o bloqueio de R\$ 850 milhões em contas vinculadas ao grupo criminoso.

Do total de investigados, dez tiveram prisão preventiva decretada pela juíza da 9ª Vara Federal de Campinas, Valdirene Ribeiro de Souza Falcão, enquanto os demais foram alvo de prisão temporária. Foram cumpridos 60 mandados de busca e apreensão, totalizando 77 ordens judiciais em 14 cidades paulistas, incluindo quatro na Região Metropolitana de Campinas (RMC), e uma na capital mineira, Belo Horizonte.

Entre os presos estão o presidente do T10 Bank, José Rodrigues, e o empresário e fundador do Inove Banco, Patrick Bezerra Burnett. Em Americana, foi detido um investigado que era beneficiário do auxílio emergencial e atuava como testa de ferro na fundação de fintechs, os bancos digitais.

A investigação é conduzida pelo Núcleo de Inteligência Policial da Delegacia da PF em Campinas. O inquérito foi instaurado há um ano, após a identificação dos dois bancos digitais que ofereciam serviços típicos de instituições financeiras oficiais, como financiamentos e empréstimos. Nas redes sociais, as fintechs prometiam uma "conta garantida" ou "conta

bolsões", que seriam invisíveis e protegeriam o patrimônio dos correntistas de qualquer ação judicial.

De acordo com o delegado responsável pelo inquérito, André Ribeiro, uma das empresas oferecia serviços clandestinos para burlar a justiça com o slogan: "Quer fugir de um bloqueio judicial? Abra uma conta com a gente!". "As investigações começaram para apurar o funcionamento dessas empresas e, com autorização judicial da 9ª Vara de Campinas, acessamos diversos relatórios do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) que apontavam transações atípicas nas contas dessas empresas", explicou Ribeiro.

Durante a investigação, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) denunciou as irregularidades ao Ministério Público Federal (MPF).

As contas das fintechs eram, na verdade, contas de pessoa jurídica dentro de um banco autorizado, que recebia todo tipo de transação bancária, enquanto os bancos digitais figuravam como destinatários dos valores remetidos pelos clientes. "Solicitamos a quebra do sigilo bancário para identificar os remetentes, as pessoas que estavam enviando dinheiro para dentro da conta da fintech", relatou o delegado do Núcleo de Inteligência.

Com a quebra de sigilo bancário, os policiais federais descobriram e comprovaram que as contas dos bancos digitais recebiam valores de fachada, pessoas físicas investigadas, já denunciadas ou presas por tráfico de drogas, ou que tinham dívidas ativas ou trabalhistas milionárias. Esses clientes enviavam altos valores para ocultá-los de bloqueios judiciais.

"Essas organizações criminosas criaram esses sistemas financeiros paralelos para que elas movimentassem um grande valor de dinheiro ilícito e não fossem vistas pelo sistema. Mas, a Polícia Federal impõe dificuldades que



Durante a Operação Concierge, 17 pessoas foram presas e 46 veículos, sendo 30 de luxo, além de joias, relógios, centenas de máquinas de cartão de crédito e dispositivos eletrônicos foram apreendidos

impedem que o dinheiro ilícito circule dentro do sistema financeiro nacional. O trabalho da Polícia Federal é justamente atingir o cerne financeiro dessas organizações criminosas e desarticular essas ferramentas criadas para fins de crimes financeiros", destacou o delegado-chefe da Delegacia da PF em Campinas, Edson Geraldo de Souza.

MAQUININHAS
Além das "contas bolsões", o grupo criminoso desmantelado pela Polícia Federal (PF) de Campinas utilizava máquinas de cartão de crédito registradas em nome de empresas de fachada para realizar transações ilícitas, caracterizando a lavagem de dinheiro. Na maioria dos casos, o grupo utilizava máquinas de empresas adquirentes idôneas, mas os agentes federais investigam a possibilidade de uma empresa ter sido criada pelo próprio grupo para facilitar o esquema.

Os criminosos fabricavam cartões de crédito e débito falsos, criando empresas ficti-

cias e mantendo máquinas em residências e estabelecimentos comerciais para realizar transações legais.

"As investigações demonstram que as máquinas eram atribuídas a empresas inexistentes, de fachada, e a pessoas físicas e fantasmas. Isso revela um sistema criado para ocultar valores, permitindo que o dinheiro fluisse sem possibilidade de identificação ou com identificação falsa, atribuída a empresas fantasmas, uma empresa de fachada", explicou o delegado André Ribeiro.

Das prisões efetuadas, 13 ocorreram em Campinas, e as demais em São Paulo, Ilhabela, Sorocaba e Americana, todas nas residências dos investigados. As apreensões foram realizadas em diversos estabelecimentos, incluindo lojas de veículos.

Além das prisões, apreensões e do bloqueio de ativos, a Justiça autorizou a suspensão das atividades de 194 empresas utilizadas pela quadrilha para disfarçar as transações irregulares. Também fo-

ram canceladas duas inscrições da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), uma em Campinas e outra em Sorocaba, e quatro registros de contadores (dois em Campinas, um em São Paulo e um em Osasco).

O material apreendido, incluindo malotes de dinheiro, foi encaminhado à sede da Polícia Federal em Campinas, enquanto os presos foram levados para a superintendência da PF em São Paulo. No total, 200 policiais federais participaram da operação.

Os investigados responderão por gestão fraudulenta de instituições financeiras, operação de instituição financeira não autorizada, evasão de divisas, lavagem de dinheiro, crimes contra a ordem tributária e organização criminosa.

O nome da operação, "Concierge", faz alusão ao profissional que atende necessidades específicas de clientes, referindo-se à oferta de serviços clandestinos para ocultação de capitais.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Segurança Caderno: A Pagina: 16